



## CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL CRESS 12ª REGIÃO

### **PORTARIA N° 23/2020 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2020**

*Regulamenta a validade de assinaturas eletrônicas e autenticidade de documentos no âmbito do CRESS/SC*

A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de aprimoramento dos procedimentos administrativos do CRESS/SC;

CONSIDERANDO o que foi decidido na 6ª reunião ordinária do Conselho Pleno do CRESS/SC, realizada no dia 18 de setembro de 2020;

#### **RESOLVE:**

ART. 1º Regular a validade de assinaturas eletrônicas e autenticidade de documentos no âmbito do CRESS/SC.

ART. 2º Para efeitos desta Portaria consideram-se as seguintes definições:

I - Assinatura eletrônica: é o registro realizado eletronicamente, por usuário identificado de modo inequívoco com vistas a firmar documentos, e se dará pelas seguintes formas:

a) assinatura digital: baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil e incluída em documento por software específico para tanto;

b) assinatura eletrônica: autenticação virtual mediante prévio credenciamento de acesso de usuário/a, com fornecimento de login e senha pelo sistema IMPLANTA.NET, aposta ao final do documento, contendo nome e cargo do/a usuário/a, e data e hora de assinatura.

II - Documento eletrônico: documento armazenado sob a forma de arquivo eletrônico, inclusive aquele resultante de digitalização;

III - Documento externo: documento não produzido diretamente no sistema IMPLANTA.NET, mas carregado e armazenado neste;

IV - Documento interno: documento produzido diretamente no sistema IMPLANTA.NET;

ART. 3º Documentos eletrônicos com assinatura digital considerar-se-ão autênticos para todos os fins de direito.

ART. 4º Documentos eletrônicos com assinatura eletrônica terão presunção de veracidade quanto ao/à signatário/a.



## CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL CRESS 12ª REGIÃO

§ 1º Havendo impugnação de documento com assinatura eletrônica, por alegação de falsidade ou preenchimento abusivo, incumbe o ônus da prova a quem arguir.

§ 2º Havendo impugnação de documento com assinatura eletrônica, por alegação de ausência de autenticidade, incumbirá ao CRESS/SC certificar sua veracidade e autenticidade.

§ 3º A presunção de que trata este artigo é válida também para os casos de documentos virtuais quando impressos, seja interno ou externo.

ART. 5º A assinatura eletrônica é de uso pessoal e intransferível, sendo de responsabilidade do/a titular sua guarda e sigilo.

ART. 6º A prática de atos assinados eletronicamente importará aceitação das normas regulamentares sobre o assunto e da responsabilidade do/a usuário/a pela utilização indevida de sua assinatura eletrônica.

ART. 7º Os/As usuários/as poderão cadastrar e tramitar processos, bem como gerar e assinar documentos no âmbito do IMPLANTA.NET, conforme normativas e regulamentações aplicáveis.

ART. 8º Cientifique-se todos/as os/as interessados.

ART. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Florianópolis/SC, 04 de novembro de 2020.

(assinado eletronicamente)  
**Viviana Wachtel Seleme Uba**  
Conselheira Presidente